

# MAGALU

**MAGAZINE LUIZA S.A.**  
CNPJ nº 47.960.950/0001-22

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

#### | Divulgação de Resultados 4T25

**EBITDA atinge R\$867 milhões no trimestre e R\$3,1 bilhões no ano**

**Lucro líquido de R\$125 milhões no trimestre e R\$159 milhões no ano**

**Geração de caixa operacional de R\$2,2 bilhões no trimestre e R\$2,7 bilhões no ano**

**Posição de caixa total de R\$8,0 bilhões**

**Vendas com foco em rentabilidade.** No 4T25, as vendas totais, incluindo lojas físicas, e-commerce com estoque próprio (1P) e marketplace (3P) totalizaram R\$18,2 bilhões. Esse valor representa um crescimento de 8,7% nas lojas físicas (8,4% no conceito das mesmas lojas), com forte ganho de market share, e uma redução de 5,3% no e-commerce total em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2025, as vendas totais foram de R\$64,7 bilhões.

**Vendas do e-commerce.** No 4T25, as vendas do e-commerce totalizaram R\$12,2 bilhões, com destaque para a venda de R\$7,6 bilhões provenientes do estoque próprio (1P). No marketplace as vendas foram de R\$4,6 bilhões. Vale ressaltar a evolução da participação do fulfillment, que atingiu 29% ao longo do último trimestre do ano, um aumento de 4 p.p. comparado ao 4T24.

**Margem bruta.** No 4T25, a margem bruta ajustada foi de 30,0%. Vale destacar o aumento da margem bruta de mercadorias, que refletiu o foco da Companhia na expansão da rentabilidade. A margem bruta ajustada em 2025 foi de 30,6%, estável em relação a 2024.

**Despesas operacionais.** O percentual das despesas operacionais ajustadas em relação à receita líquida passou de 22,9% no 4T24 para 23,4% no 4T25. Vale destacar a diluição das despesas gerais e administrativas que passaram de 3,3% para 3,2% no mesmo período.

**EBITDA e lucro líquido.** No trimestre, o EBITDA ajustado atingiu R\$867,3 milhões, com uma margem de 7,8%. O forte crescimento das lojas físicas, a expansão da margem bruta de mercadorias, e o excelente desempenho da Luizacred contribuíram para esse resultado. Em 2025, o EBITDA ajustado totalizou R\$3,1 bilhões, com margem de 7,9%. O lucro líquido ajustado foi de R\$124,7 milhões no trimestre e R\$158,9 milhões no ano. Considerando os resultados não recorrentes, o lucro líquido contábil foi de R\$204,6 milhões no ano.

**Forte geração de caixa operacional e sólida estrutura de capital.** No trimestre, a geração de caixa operacional foi de R\$2,2 bilhões, totalizando R\$2,7 bilhões em 2025. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo resultado operacional e pela melhoria na gestão de giro. O Magalu encerrou o 4T25 com uma posição de caixa líquido ajustado de R\$3,1 bilhões, e uma posição de caixa total de R\$8,0 bilhões.

**MagaluPay.** O volume total de transações processadas (TPV) atingiu R\$28,2 bilhões no 4T25 e R\$101,9 bilhões em 2025. Em dez/25, a base de cartões de crédito foi de 5,7 milhões de cartões. O faturamento dos cartões Luiza cresceu 1,9% no 4T25, atingindo R\$16,6 bilhões no período. Em 2025, o faturamento dos cartões Luiza foi de R\$60,8 bilhões. A carteira de cartão de crédito foi de R\$20,8 bilhões ao final do trimestre, com redução de 0,3 p.p. no atraso de 15 a 30 dias e de 0,6 p.p. no atraso superior a 90 dias em relação a dez/24. O lucro líquido ajustado da Luizacred atingiu R\$271,3 milhões no 4T25 e R\$525,0 milhões em 2025.

**Vendas no E-commerce:** As vendas totais do nosso ecossistema alcançaram 65 bilhões de reais em 2025. No online, as vendas foram de 44 bilhões de reais, com o e-commerce com estoque próprio (1P) atingindo 27 bilhões de reais. O marketplace (3P) representou 39% das vendas online. A logística continuou sendo uma alavanca de conversão: o **Fulfillment Magalu** atingiu 29% de penetração nos pedidos do 3P ao longo do último trimestre do ano, um aumento de cinco pontos percentuais na comparação com o mesmo período de 2024.

**KaBuMI** atingiu participação de mercado recorde no mês de novembro em categorias-chave como Hardware e Games, expandindo ainda mais sua liderança nesse mercado. A empresa apresentou lucro líquido ajustado de 62 milhões de reais no ano. Na **Netshoes**, vale destacar o crescimento de 11% nas vendas 1P no quarto trimestre 2025, com grande destaque para itens de corrida, que cresceram 36% em vendas no período, reforçando a liderança online e fechando o ano com 40% de market share na categoria. Já a **Época Cosméticos** avançou na sua estratégia de multicanalidade ao inaugurar sua primeira loja física na Galeria Magalu. Com isso, a Época incorporou marcas premium ao seu sortimento, como Chanel e Carolina Herrera Make Up, que já são sucesso de vendas. No quarto trimestre de 2025, o ticket médio da empresa aumentou 16% e, ao longo do ano, houve uma acelerada expansão nas vendas do marketplace.

**No WhatsApp da Lu:** a solução de **AI Commerce** do Magalu - tivemos significativas evoluções de produto: implementamos a memória personalizada para as conversas, habilitamos a opção do Retira Loja e conectamos o Agente de AI da Apple, especializado nos produtos da marca. Mesmo sem campanhas de marketing dedicadas, esse novo canal de vendas cresceu em ritmo exponencial e chegou a 3 milhões de usuários únicos que já interagiram com a Lu pelo WhatsApp. A ferramenta vem atingindo indicadores excepcionais: a taxa de conversão é três vezes maior em relação à busca no aplicativo e o NPS (*Net Promoter Score*) é de 83 pontos - patamares que permanecem elevados e muito acima da média do e-commerce tradicional.

**MagaluPay** registrou avanços consistentes e ganhos de rentabilidade no trimestre. A carteira de CDC alcançou 1,8 bilhão de reais (+15% em relação a dez/24), impulsionada, principalmente, pelo crescimento das vendas nas lojas físicas e pelos novos modelos proprietários de crédito. Além disso, iniciamos a emissão de novos contratos do CDC na nova financeira, que já é responsável por 10% da origem total do produto. A Luizacred manteve sua solidez com uma carteira de 20,8 bilhões de reais e indicadores de inadimplência em patamares historicamente baixos. O **Consórcio Magalu** bateu recorde histórico de vendas: 6,4 bilhões de reais no ano, um crescimento de 31% em relação a 2024.

**Magalog** avançou na carteira de clientes externos, com expansão de 47% na receita de 2025 frente ao ano anterior. No período de outubro a dezembro de 2025, grandes empresas se tornaram clientes da Magalog, como Reserva, Capodarte, After Click e Shopper. No caso da Shopper, o Magalog é o parceiro estratégico que possibilita a expansão do serviço de supermercado online para 10 novos estados. Além disso, no quarto trimestre, expandimos a nossa malha logística com a abertura de três novos *hubs* de entrega: um próprio em Cuiabá (MT) e dois em São Paulo (SP), o que amplia nossa capacidade e acelera os prazos de entrega.

**Magalu Ads** saltou 54% em receitas em 2025, com forte expansão no retorno para os anunciantes. No período, observamos ganhos claros de eficiência: o ROAS (Retorno sobre o investimento em anúncios) subiu 7%, ao mesmo tempo que o consumo médio por anunciante cresceu 39% e o ticket médio aumentou 22%. Tais indicadores demonstram que as grandes marcas e sellers estão ampliando cada vez mais a utilização dos nossos serviços de *retail media*. Esse movimento é sustentado por melhorias contínuas de produto e inteligência de dados, refletidas no aumento consistente da taxa de conversão (+22%) e na otimização do ROAS ao longo dos meses, impulsionadas por iniciativas como redução do custo por clique e maior qualidade do inventário de produtos anunciados.

**Na Magalu Cloud**, encerramos o ano com 1.200 clientes externos atendidos e cerca de 55% dos workloads do Magalu já estão na nossa infraestrutura própria. Durante o evento *Cloud Futures*, realizado em dezembro e que reuniu mais de 500 profissionais de tecnologia na Arena Magalu, anunciamos a chegada da **Globo** como cliente e a aquisição da **Movestax**, que adicionará à Magalu Cloud novos serviços com inteligência artificial.

#### Considerações Finais

Para liderar e sustentar essa revolução tecnológica, anunciamos com muito orgulho a nossa primeira turma de **trainees focada em Inteligência Artificial**. São 12 jovens talentos de todo o Brasil, com forte base em engenharia, matemática e ciência da computação, formados nas melhores instituições do país. Além de uma imersão profunda em LLMs e *machine learning*, eles terão a missão de disseminar o uso da IA para os nossos mais de 35.000 colaboradores. No Magalu, a IA não ficará restrita a um grupo isolado; ela vai se espalhar por toda a organização, transformando a forma como trabalhamos, decidimos e criamos valor. Com esse programa, damos espaço para que jovens profissionais apliquem seu talento em projetos de ponta, provando que o Brasil pode ser referência global em inovação e tecnologia.

Iniciamos 2025 animados e preparados para capturar as melhores oportunidades em um ano de Copa do Mundo, evento que tradicionalmente aquece o nosso setor, especialmente para Magalu e Netshoes. Esse otimismo é impulsionado pelo início do ciclo de queda da taxa de juros no Brasil, que tende a alavancar o consumo de bens duráveis e reduzir nossas despesas financeiras, com impacto positivo em nossos resultados. Continuaremos com foco total na execução da nossa estratégia de longo prazo, gerando valor de forma sustentável para todo o ecossistema.

A Diretoria

O Magalu é a maior plataforma de varejo multicanal do Brasil e oferece um amplo sortimento de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes, com entrega rápida e a melhor experiência de compra - seja nas lojas, no site ou no seu aplicativo. A Companhia possui uma forte presença geográfica, com 21 centros de distribuição e 175 *cross-dockings* estrategicamente localizados, além de 1.246 lojas distribuídas em 20 estados do país. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com mais de 33 milhões de clientes ativos.

#### DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

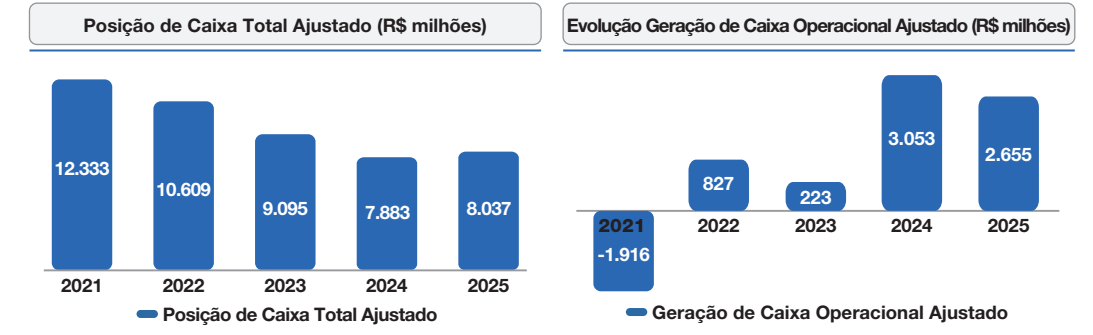
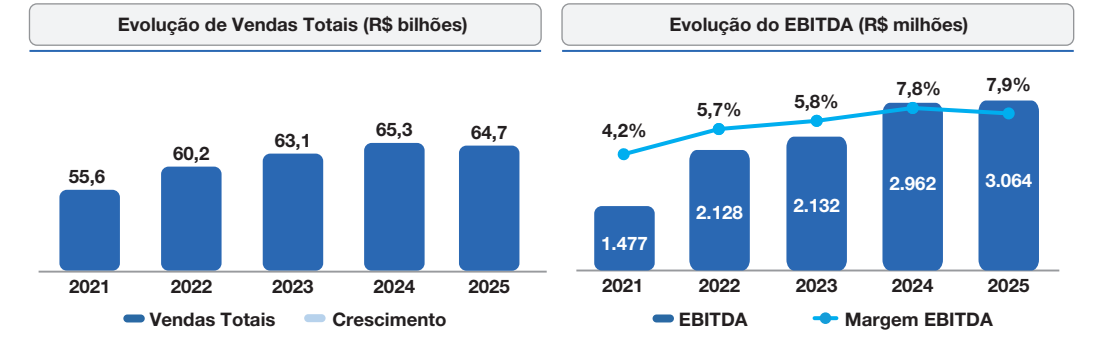
A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos resultados consolidados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M25	12M25 Ajustado	AV	12M24 Ajustado	AV	Var (%)
<b>Receita Bruta</b>	48.161,9	48.161,9	124,4%	47.277,0	124,3%	1,9%
Impostos e Cancelamentos	(9.458,5)	(9.458,5)	-24,4%	(9.239,0)	-24,3%	2,4%
<b>Receita Líquida</b>	38.703,4	38.703,4	100,0%	38.038,1	100,0%	1,7%
Custo Total	(27.148,8)	(26.849,8)	-69,4%	(26.410,8)	-69,4%	1,7%
<b>Lucro Bruto</b>	11.554,6	11.853,6	30,6%	11.627,3	30,6%	1,9%
Despesas com Vendas	(7.375,9)	(7.375,9)	-19,1%	(7.131,6)	-18,7%	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.392,3)	(1.392,3)	-3,6%	(1.373,7)	-3,6%	1,4%
Perda em Liquidação Duvidosa	(455,8)	(429,3)	-1,1%	(452,7)	-1,2%	-5,2%
Outras Receitas Operacionais, Liq.	745,6	144,9	0,4%	144,5	0,4%	0,3%
Equivalência Patrimonial	127,3	283,1	0,7%	148,5	0,4%	77,2%
Total de Despesas Operacionais	(8.351,1)	(8.789,5)	-22,7%	(8.665,0)	-22,8%	1,4%
<b>EBITDA</b>	3.203,5	3.064,2	7,9%	2.962,2	7,8%	3,4%
Depreciação e Amortização	(1.284,8)	(1.284,8)	-3,3%	(1.293,1)	-3,4%	-0,6%
<b>EBIT</b>	1.918,7	1.779,4	4,6%	1.669,2	4,4%	6,6%
Resultado Financeiro	(2.044,2)	(2.044,2)	-5,3%	(1.534,5)	-4,0%	33,2%
<b>Lucro Operacional</b>	(125,5)	(264,8)	-0,7%	134,6	0,4%	-
IR/CS	330,1	423,7	1,1%	142,1	0,4%	198,2%
<b>Lucro Líquido</b>	204,6	158,9	0,4%	276,7	0,7%	-42,6%

Vendas Totais Varejo¹	64.665,5	64.665,5	-	65.330,9	-	-1,0%
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	6,3%	6,3%	-	11,7%	-	-
Crescimento nas Vendas Totais Lojas Físicas	5,9%	5,9%	-	10,1%	-	-
Crescimento nas Vendas E-commerce (1P)	-1,1%	-1,1%	-	-0,4%	-	-
Crescimento nas Vendas Marketplace (3P)	-8,0%	-8,0%	-	3,4%	-	-
Crescimento nas Vendas E-commerce Total	-3,9%	-3,9%	-	1,1%	-	-
Participação E-commerce Total nas Vendas Totais	68,5%	68,5%	-	70,6%	-	-2,1 pp
Quantidade de Lojas - Final do Período	1.246	1.246	-	1.245	-	1 loja
Área de Vendas - Final do Período (M²)	678.553	678.553	-	686.976	-	-1,2%

¹ Vendas Totais incluem vendas nas lojas físicas, e-commerce tradicional (1P) e marketplace (3P).



#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., emitido em 12 de março de 2026, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

#### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (EY), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

#### AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2025.

São Paulo, 12 de março de 2026

A Diretoria

#### MENSAGEM DA DIRETORIA

##### A construção do ecossistema...

A história do Magalu é construída em ciclos. E o ano de 2025 marca uma nova transição na nossa trajetória. Concluímos a fase de construção do nosso ecossistema - um movimento iniciado há cinco anos para diversificar nossas receitas e nos proteger das volatilidades macroeconômicas.

O Ciclo do Ecossistema (2021-2025) representou a consolidação do Magalu como um conglomerado de empresas, marcando a transição estratégica de um pequeno único CNPJ de varejo multicanal especializado em bens duráveis para uma estrutura de múltiplos CNPJs interdependentes e com muita sinergia entre si. A aquisição e o desenvolvimento de verticais como KaBuMI, Netshoes, Época Cosméticos, Estante Virtual, aifome, Magalog, Magalu Cloud e MagaluPay tiveram um objetivo primordial: diversificar as fontes de receita e construir uma base de resultados robusta, capaz de operar com maior autonomia frente às oscilações macroeconômicas do país.

A diversificação por meio de plataformas dedicadas foi crucial para elevar a margem e a resiliência do grupo. A aquisição do KaBuMI, por exemplo, trouxe o nicho de tecnologia e games, enquanto Netshoes cobriu o segmento de esportes e Época Cosméticos fortaleceu a categoria de beleza, todas com liquetes médios e frequências de compra menos sensíveis a um cenário de crédito apertado. O MagaluPay, por sua vez, criou novos motores de receita baseados em serviços financeiros, alguns vinculados e outros desvinculados da venda, como cartões, CDC, consórcio, seguros, conta digital e subadiquência. O sucesso do ecossistema se materializou também na conversão de centros de custo internos em unidades de negócio escaláveis e relevantes fontes de receita de clientes externos, com diversificação do nosso resultado. O Magalog, por exemplo, evoluiu para um braço logístico de alto performance, monetizando sua infraestrutura ao oferecer serviços de fulfillment e entrega rápida para milhares de sellers do marketplace e também para empresas externas ao ecossistema, gerando um fluxo de receita consistente. De modo complementar, a Magalu Cloud garantiu resiliência tecnológica e capacidade de inovação, ao permitir que a plataforma escalasse com custos mais baixos. E agora também conquistou clientes externos, atingindo 1.200 clientes e um ARR (Receita Recorrente Anual) crescente e complementar.

Essa estratégia intencional reduziu a dependência excessiva da composição do resultado do varejo de bens duráveis, que são historicamente mais afetados pelo aumento da Selic. Com isso, o grupo conquistou uma estrutura de resultados mais equilibrada e menos vulnerável a política monetária, validando a estratégia de sair do único CNPJ.

Nesse ciclo tivemos aprendizados importantes e que servirão de base para nosso novo ciclo estratégico: 1- temos vocação inegocável para a venda de produtos de marca e de alto valor percebido (não confundir com produtos de ticket médio alto). 2 - funcionamos melhor no modelo multicanal, com equilíbrio entre o e-commerce com estoque próprio (1P), o marketplace (3P) e as lojas físicas. 3 - operamos melhor com um modelo de CNPJs e canais de venda autônomos, mas que estão sobre uma infraestrutura compartilhada.

##### ... e o início de um novo ciclo

Estamos entrando em uma era em que a inteligência artificial deixa de ser apenas uma camada tecnológica e passa a redefinir a arquitetura competitiva do varejo. A GenAI já renova o e-commerce em transformação a forma como os consumidores descobrem, comparam e decidem. A próxima fronteira, o Agente AI, aprofunda essa mudança ao permitir que agentes tomem decisões e executem ações com cada vez mais autonomia. No Brasil, essa inflação já é mensurável: 58% dos consumidores usam ou já usaram GenAI e, entre eles, 57% utilizam essas ferramentas diariamente, sendo que 41% acessam múltiplas vezes ao dia. Mais do que experimentar tecnologia, as pessoas estão incorporando a inteligência artificial à rotina. O dado mais revelador está na intenção de compra: os consumidores afirmam que poderiam migrar, em média, mais de 60% de suas compras online para um assistente virtual, indicando abertura para uma experiência de consumo com menos fricção, menos cliques e mais conversa.

Nossa estratégia para os próximos anos é clara. Com base nos ativos que construímos, nos aprendizados do nosso último ciclo e na revolução da inteligência artificial, definimos os nossos próximos passos, sustentados em cinco pilares fundamentais:

- 1. Redefinir o Magalu com inteligência artificial:** Escalar o *AI Commerce* como novo canal de crescimento e relacionamento com o cliente. O WhatsApp da Lu integrará todo o ecossistema - incluindo o sortimento do Magalu, Netshoes, KaBuMI e Época Cosméticos - em uma jornada de compra sem fricção, da busca e recomendação ao pagamento e pós-venda. Além disso, internamente, executaremos uma agenda de automação, redesenho e eliminação de processos.
- 2. E-commerce com curadoria e alto nível de serviço - um brand place:** Vamos reforçar o posicionamento do nosso e-commerce como um destino de excelência para produtos de qualidade e com alto nível de serviço. O conceito de *brand place* significa oferecer um espaço qualificado onde as grandes marcas poderão posicionar seus produtos de forma estratégica e se aproximar ainda mais dos clientes finais. Vamos entregar um alto nível de serviço ao concentrar nossa oferta em produtos 1P - que historicamente já operam com métricas altíssimas de NPS e rapidez na entrega - e no marketplace (3P) com curadoria, priorizando sellers que utilizam o Magalu Entregas, especialmente no fulfillment, além de darmos escala ao nosso modelo de sellers assistidos. Essa estratégia será aplicada de forma transversal às marcas do ecossistema - Magalu em bens duráveis e outras categorias, Netshoes em esportes, KaBuMI em tecnologia e games, e Época em beleza e perfumaria.
- 3. Acelerar as vendas por meio de plataformas parceiras:** Vamos acelerar a venda do nosso e-commerce com estoque próprio (1P) de bens duráveis por meio de parceiros (como, por exemplo, AIEExpress), reforçando a nossa liderança nessas categorias e capturando tráfego adicional aos nossos canais de vendas próprios, gerando um fluxo de receita consistente. De modo complementar, a Magalu Cloud garantiu resiliência tecnológica e capacidade de inovação com a indústria e capilaridade logística e multicanal.
- 4. Potencializar o ecossistema e ampliar sua multicanalidade:** Vamos acelerar a venda cruzada entre as marcas do ecossistema. Temos hoje 33 milhões de clientes ativos e uma oportunidade de aumentar de forma significativa os clientes que compram em mais de uma plataforma de forma recorrente. Iremos expandir a multicanalidade em todas as empresas do grupo, especialmente no conceito Galeria Magalu - combinando a loja como um ponto de vendas, de experiência, tecnologia e também *retail media*. Nas nossas operações de serviços (Magalog, Magalu Cloud e Magalu Ads), a estratégia é ampliar a captação de clientes externos e aumentar as receitas, que serão somadas à já gigante escala do ecossistema Magalu, consolidando essas operações como importantes alavancas de rentabilidade.
- 5. Fortalecer a alavanca de serviços financeiros via MagaluPay:** Vamos integrar nossos serviços financeiros de forma nativa na jornada de compra dos nossos clientes, tanto na plataforma digital quanto nas lojas físicas, impulsionando o relacionamento, vendas e rentabilidade. Vamos transformar produtos que hoje são transacionais em produtos de relacionamento. Com a nossa nova financeira, a MagaluPay SCFI, temos a capacidade de desenvolver produtos financeiros próprios e de forma integrada ao cliente, com novos instrumentos de *funding* e otimização tributária, impulsionando tanto as vendas - nas lojas físicas e no online - quanto a nossa rentabilidade.

#### Balanco de 2025: Rentabilidade, geração de caixa e a evolução dos novos serviços

A confiança para acelerarmos nosso novo ciclo estratégico vem da consistência nos resultados apresentados nos últimos anos. Em 2025, mantivemos um compromisso inegociável com a expansão das margens e a geração de caixa, e os resultados do ano e do quarto trimestre comprovam que atingimos esse objetivo.

**Resultados:** O EBITDA ajustado de 2025 atingiu 3,1 bilhões de reais, com uma margem de 7,9%, reflexo da significativa expansão das vendas nas lojas, da evolução da margem de contribuição dos nossos canais de vendas e do excelente resultado da Luizacred. O lucro líquido ajustado foi de 159 milhões de reais e o lucro líquido contábil foi de 205 milhões de reais, permitindo encerrarmos o ano com uma posição de caixa total de 8 bilhões de reais e um caixa líquido de 3,1 bilhões.

**Lojas Físicas:** Pela primeira vez na nossa história, superamos a marca de 20 bilhões de reais em vendas nas lojas físicas em um ano. Tivemos um crescimento de 6% nas vendas totais do canal físico em 2025, com forte ganho de participação de mercado - vale destacar que, no quarto trimestre, as vendas das lojas físicas cresceram 9% quando comparadas ao mesmo período de 2024.

**Inaugurada em dezembro, a Galeria Magalu é a materialização do nosso ecossistema.** São cinco lojas - Magalu, KaBuMI, Netshoes, Época Cosméticos e Estante Virtual - em um único espaço. Em 4.000 m², a megaloja une o físico ao digital, com múltiplos espaços "instagramáveis", conexão com criadores de conteúdo e espaços de *retail media* que alavancam o Magalu Ads. A loja é palco para lançamentos e aproxima as grandes marcas e o cliente final. Com fluxo médio esperado de 90.000 pessoas, o espaço oferece experiências únicas, como a Casa da Lu, a arena gamer do KaBuMI, a personalização de produtos na Netshoes, marcas exclusivas na Época e o Teatro YouTube.

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	6	773.574	718.648	1.575.837	1.827.197	Fornecedores
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	7	62.704	272.824	459.927	337.894	Fornecedores - convênio
<b>Contas a receber</b>	8	3.488.144	3.447.789	5.608.982	5.833.528	Parceiros e outros depósitos
<b>Estoque</b>	9	6.060.415	6.593.244	7.181.339	7.611.132	Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros
<b>Contas a receber de partes relacionadas</b>	10	2.446.031	1.864.959	2.451.511	1.661.405	Salários, férias e encargos sociais
<b>Tributos a recuperar</b>	11	1.724.952	1.671.336	1.926.083	1.856.475	Tributos a recolher
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	12	99.636	42.002	160.174	97.771	Contas a pagar a partes relacionadas
<b>Outros ativos circulares</b>	13	148.256	124.810	475.201	325.422	Arrendamento mercantil
<b>Total do ativo circulante</b>		14.803.712	14.735.612	19.839.054	19.550.824	Dividendos a pagar
<b>Não circulante</b>						Outros passivos circulares
<b>Contas a receber</b>	8	35.060	48.553	35.060	48.553	<b>Total do passivo circulante</b>
<b>Tributos a recuperar</b>	11	1.404.162	1.808.934	1.450.560	1.870.705	<b>Não circulante</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	12	3.124.538	2.751.837	3.664.777	3.285.792	Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros
<b>Depósitos judiciais</b>	24	1.351.202	1.333.234	2.045.539	1.902.376	Contas a pagar a partes relacionadas
<b>Outros ativos não circulares</b>		104.145	128.498	106.126	129.362	Arrendamento mercantil
<b>Realizável a longo prazo</b>		6.019.107	6.071.056	7.302.062	7.236.788	

MAGAZINE LUIZA S.A. - CNPJ nº 47.960.950/0001-21

\* continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Reserva de lucros										Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	12.352.498	(2.087.258)	(990.603)	137.442	-	1.215.281	(895.444)	(121.382)			9.610.534
Aumento de capital	1.250.000	-	-	-	-	-	-	-			1.250.000
Planos de ações	-	29.899	-	-	-	-	-	-			29.899
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e combinação de negócios	-	(499.335)	487.029	-	-	-	-	-			(12.306)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	448.717	-			448.717
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-			-
<b>Outros resultados abrangentes:</b>											
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(446.727)	446.727	-			-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	13.602.498	(2.556.694)	(503.574)	137.442	-	768.554	-	(7.582)			11.319.262
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	13.602.498	(2.556.694)	(503.574)	137.442	-	768.554	-	(128.964)			11.319.262
Aumento de capital	25	400.000	-	-	-	(400.000)	-	-			(225.000)
Dividendos pagos	15	-	-	-	-	(225.000)	-	-			(24)
Adoção de prática contábil em controlada	23	-	-	-	-	-	-	-			(24)
Plano de ações	-	33.409	-	-	-	-	-	-			33.409
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e combinação de negócios	-	(291.785)	281.400	-	-	-	-	-			(10.385)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	204.603	-			204.603
<b>Destinações:</b>											
Recomposição de reserva de incentivos fiscais	25	-	-	-	-	183.162	(183.162)	-			-
Reserva legal	-	-	-	1.060	-	-	(1.060)	-			-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(3.021)	-			(3.021)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	17.116	-	(17.116)	-			-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	14.002.498	(2.815.070)	(222.174)	138.502	17.116	326.716	-	(169.558)			11.278.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MGLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp. O SuperApp é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais ("sellers"). Por meio de suas controladas, o Magazine Luiza também atua em operações de administração de consórcios, logística, desenvolvimento de softwares, "food delivery", conteúdo digital e meios de pagamentos. A controlada em conjunto Luizacred (nota 14), oferece serviço de crédito e financiamentos a clientes. A sede social do Magazine Luiza está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil, e sua Controladora e holding é a LTD Administração e Participação S.A. do Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 1.246 lojas e 21 centros de distribuição (1.245 lojas e 21 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2024) localizados em todas as regiões do País. A Companhia atua também nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br, www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br, www.shoestok.com.br, www.kabum.com.br e seus respectivos aplicativos "mobile", bem como pelos aplicativos de "food delivery" AiQHome, Tônlucro e Plus Delivery. Em 12 de março de 2026, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCCP"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. **2.1. Reforma Tributária:** As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O novo modelo substitui cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. A implementação dessas tributos sob o princípio da cumulatividade, com direito ao crédito sobre todas as aquisições, alinha o Brasil a modelos internacionais de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e promove profundas alterações na dinâmica contábil das entidades. O ano de 2026 foi definido como período de transição e testes pelo Fisco e pelos contribuintes. Durante esse período, os novos tributos (IBS e CBS) serão destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, sem impacto econômico, financeiro ou contábil para a Companhia e seus clientes, conforme previsto na legislação vigente. A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exercendo ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A base de consolidação da Companhia inclui:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta	
		2025	2024
Epoca Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Luizalabs Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	100%
Magalupay	Instituição de Pagamentos	100%	100%
Kabum	Comércio eletrônico de equipamentos de informática	100%	100%
Nonsense	Produtora de conteúdo	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **4.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações:** Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. **4.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"):** i) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. **Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. ii) **Alocação dos saldos de ágio:** O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio, a perda do valor recuperável é imediatamente alocada na unidade geradora de ágio, e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. **4.3. Ajustes a valor presente:** As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento. A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para perda esperada de créditos. O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias".

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações foram aplicáveis para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. • IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. O IFRS 18 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, com início após 1º de janeiro de 2026. As principais alterações introduzidas são as seguintes: - Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. - Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de pagamentos com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. - Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. - Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS SOBRE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e avaliar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos contábeis na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determina se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. • Nota explicativa 15 - determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação. b) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 8 - Contas a receber; critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos. • Nota explicativa 9 - Estoques; critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques; • Nota explicativa 11 - Tributos a recuperar; os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 17 - Intangível - A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade do negócio da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. • Notas explicativas 24 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Nota explicativa 32 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Política contábil:** A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

	Consolidado				
	Controladora	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Taxas</b>					
Caixa	114.742	138.769	116.658	140.836	
Bancos	48.177	62.765	165.365	162.426	
Depósitos a curto prazo	De 88% a 103% CDI	610.655	517.114	1.247.457	1.440.020
Fundos de investimentos não exclusivos	De 97% a 100% CDI	-	-	46.357	83.915
<b>Total</b>	<b>773.574</b>	<b>718.648</b>	<b>1.575.837</b>	<b>1.827.197</b>	

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado				
	Controladora	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Taxas</b>					
Fundos de investimentos não exclusivos	98% a 105% CDI	5.876	5.244	5.876	5.244
Direitos creditórios		48.250	49.953	22.165	802
Títulos públicos federais	(a)	-	-	423.308	114.221
<b>Fundo de investimento exclusivo:</b>	(b)				
Títulos públicos federais		8.578	217.627	8.578	217.627
<b>Total</b>		<b>62.704</b>	<b>272.824</b>	<b>459.927</b>	<b>337.894</b>

(a) Refere-se às aplicações de sua controlada Magalupay em títulos públicos federais, basicamente Letras Financeiras do Tesouro Nacional. (b) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa junto ao Banco Itaú S.A. e ao Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a carteira estava atrelada a títulos públicos federais referenciados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com liquidez imediata e objetivo de retornar à rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia. A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

8. CONTAS A RECEBER

**Política contábil:** Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos diretos ao consumidor ("CDC") e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota explicativa 32.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cartões de crédito (a)	1.796.141	1.966.420	3.618.985	4.126.941
Cartões de débito (a)	2.052	2.270	2.051	2.311
Crédito direto ao consumidor (b)	1.765.074	1.576.331	1.806.731	1.576.331
Serviços a clientes (c)	625.993	546.413	741.020	574.594
Demais contas a receber (d)	5.125	1.584	101.915	155.018
<b>Total contas a receber</b>	<b>4.194.385</b>	<b>4.093.018</b>	<b>6.270.702</b>	<b>6.437.203</b>
Provenientes de acordos comerciais (e)	199.619	259.825	254.664	309.451
Provisão para perda esperada de créditos	(454.568)	(488.608)	(465.092)	(496.680)
Ajuste a valor presente	(416.232)	(367.893)	(416.232)	(367.893)
<b>Total</b>	<b>3.523.204</b>	<b>3.496.342</b>	<b>5.644.402</b>	<b>5.882.081</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>3.488.144</b>	<b>3.447.789</b>	<b>5.608.982</b>	<b>5.833.528</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>35.660</b>	<b>48.553</b>	<b>35.660</b>	<b>48.553</b>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 37 dias na controladora e 47 no consolidado em 31 de dezembro de 2025 (40 dias na Controladora e 49 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024). (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Magalupay que será repassado aos parceiros ("sellers") conforme descrito na nota 20. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui créditos cedidos a certas adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$3.307.696 (R\$3.307.836 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$5.134.803 (R\$5.217.300 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia entre 103,0% e 107,0% do CDI. A Companhia, por

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Valores a vencer:</b>				
Até 30 dias	505.005	442.491	784.501	667.234
Entre 31 e 60 dias	343.403	250.751	387.800	611.807
Entre 61 e 90 dias	422.639	248.448	720.299	264.784
Entre 91 e 180 dias	1.238.715	1.374.972	2.024.752	2.485.928
Entre 181 e 360 dias	1.251.310	1.321.101	1.891.513	1.927.672
Acima de 361 dias	126.505	145.525	135.605	145.780

**MAGAZINE LUIZA S.A.** - CNPJ nº 47.960.950/0001-21

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

**10. PARTES RELACIONADAS**

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Luizcred (i)</b>								
Comissões por serviços prestados	1.179	23.521	1.179	23.521	234.514	226.342	234.514	226.342
Cartão de crédito	2.012.823	1.239.666	2.382.706	1.588.883	(329.800)	(269.527)	(333.880)	(269.527)
Repasses de recebimentos	(54.680)	(78.283)	(54.680)	(78.283)	-	-	-	-
Reembolsos de despesa compartilhadas	32.035	41.885	32.035	41.885	109.212	110.577	109.212	110.577
<b>Total de Controladas em conjunto</b>	<b>1.991.357</b>	<b>1.226.789</b>	<b>2.361.240</b>	<b>1.576.006</b>	<b>13.918</b>	<b>67.392</b>	<b>9.846</b>	<b>67.392</b>
<b>Netshoes (ii)</b>								
Comissões por serviços prestados e reembolso de despesas compartilhadas	7.516	17.464	-	-	8.604	14.777	-	-
<b>Época Cosméticos (iii)</b>								
Comissões por serviços prestados	414	994	-	-	4.369	4.895	-	-
<b>Kabum (iv)</b>								
Comissões por serviços prestados	9.954	19.101	-	-	30.101	20.145	-	-
Nota promissória	100.046	(200.000)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>110.000</b>	<b>(180.899)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.101</b>	<b>20.145</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Consórcio Magalu (v)</b>								
Comissões por serviços prestados	-	-	-	-	18.668	16.418	-	-
Dividendos a receber	14.560	50.000	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(82)	447	(82)	447	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14.478</b>	<b>50.447</b>	<b>(82)</b>	<b>447</b>	<b>18.668</b>	<b>16.418</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Magalog (vi)</b>								
Repasses de recebimentos	(137.775)	(121.766)	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	(137.775)	(121.766)	-	-	(1.851.880)	(1.831.725)	-	-
<b>Total</b>	<b>(275.550)</b>	<b>(243.532)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.851.880)</b>	<b>(1.831.725)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Magalupay (vii)</b>								
Repasses de recebimentos	246.293	465.652	-	-	(66.505)	(122.236)	-	-
Antecipação de recebíveis	246.293	465.652	-	-	(146.064)	(160.064)	-	-
<b>Total</b>	<b>492.586</b>	<b>931.304</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(212.569)</b>	<b>(282.300)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Jovem Nerd (viii)</b>								
Veiculação de publicidade	(106)	-	-	-	(1.767)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(106)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.767)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Desenvolvimento de sistemas e reembolso</b>								
<b>Magalu Cloud (x)</b>								
Despesas com serviços de nuvem	-	-	-	-	(75.000)	-	-	-
<b>Total de Controladas</b>	<b>240.720</b>	<b>231.892</b>	<b>(82)</b>	<b>447</b>	<b>(2.012.969)</b>	<b>(1.897.726)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>MTG Participações (xi)</b>								
Aluguéis e outros repasses	(2.417)	(3.977)	(2.417)	(3.977)	(92.864)	(88.661)	(92.864)	(88.661)
<b>PJD Agropastoril (xii)</b>								
Aluguéis, fretes e outros repasses	-	(30)	-	(30)	(749)	(741)	(749)	(741)
<b>LH Participações (xiii)</b>								
Aluguéis	-	(223)	-	(223)	(2.798)	(2.672)	(2.798)	(2.672)
<b>ETCO - SCP (xiv)</b>								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(7.930)	(7.568)	(7.930)	(7.568)
Despesa com veiculação de mídia	(17.345)	(17.879)	(17.345)	(17.879)	(247.825)	(236.507)	(247.825)	(236.507)
<b>Total de outras partes relacionadas</b>	<b>(19.762)</b>	<b>(22.109)</b>	<b>(19.762)</b>	<b>(22.109)</b>	<b>(352.169)</b>	<b>(336.149)</b>	<b>(352.169)</b>	<b>(336.149)</b>
<b>Total de partes relacionadas</b>	<b>2.212.315</b>	<b>1.436.572</b>	<b>2.341.396</b>	<b>1.554.344</b>	<b>(2.351.217)</b>	<b>(2.204.311)</b>	<b>(342.320)</b>	<b>(268.757)</b>

Demais partes relacionadas - Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações com fundos de investimento exclusivos - classificados como Títulos e valores mobiliários (xv)	8.578	217.627	8.578	217.627	5.526	18.874	5.526	18.874

**Reconciliação**

Contas a receber de partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de partes relacionadas	2.446.031	1.864.959	2.451.511	1.661.405
Contas a pagar a partes relacionadas	(233.716)	(428.387)	(110.115)	(107.061)
<b>Total</b>	<b>2.212.315</b>	<b>1.436.572</b>	<b>2.341.396</b>	<b>1.554.344</b>

(i) As transações com a Luizcred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades: (a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis; (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizcred, recebidas pela Controladora; (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizcred; (d) Reembolso de despesas compartilhadas. (ii) Os valores da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de Marketplace da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas. (iii) As transações com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace da Controladora. (iv) As transações com a KaBuM, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace e Notas Promissórias, firmadas com a Controladora, a serem liquidadas em 2026. (v) Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Magalu (LACs), controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à "LAC" referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda. (vi) As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete e repasse de recebíveis. (vii) Transações com a Magalupay, controlada integral, referem-se aos repasses financeiros e às comissões a receber pelas vendas transacionadas em sua plataforma pelos sellers de Marketplace, que podem ser antecipados a critério da controladora. (viii) As transações com a Jovem Nerd, controlada integral, referem-se à veiculação de propaganda. (ix) Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pela controlada Luizalabs Computação e Sistemas de Informação Ltda. (x) Refere-se a valores de prestação de serviços de armazenamento em nuvem (Cloud). (xi) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição. (xii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias. (xiii) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais e escritório central. (xiv) As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica. (xv) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e BB MGL Fundo de Investimento RF Longo Prazo, vide Nota 7 - Títulos e valores mobiliários).

Remuneração da Administração na Controladora e Consolidado	31/12/2024			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa e variável	8.826	9.239	5.221	18.490
Plano de ações	345	5.259	1.053	6.283
Cessação de cargo	-	2.345	-	-

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota 25. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. A remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 24 de abril de 2025, em que foi previsto o limite de R\$42.803 para o exercício de 2025.

**11. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	ICMS a recuperar (a)	1.958.783	2.082.936	1.992.918
PIS e Cofins a recuperar	1.166.707	1.393.710	1.347.922	1.587.996
Outros	3.624	3.624	35.803	21.129
<b>Total</b>	<b>3.129.114</b>	<b>3.480.270</b>	<b>3.376.643</b>	<b>3.727.180</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.724.952</b>	<b>1.671.336</b>	<b>1.926.083</b>	<b>1.856.475</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.404.162</b>	<b>1.808.934</b>	<b>1.450.560</b>	<b>1.870.705</b>

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos Estados de origem do crédito e devem ser compensados até o final do período de transição da Reforma Tributária do Consumo.

**12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**Política contábil:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto corrente:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre o lucro e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutores de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. **Imposto diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

IRPJ e CSLL a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	46.464	87	84.252	37.049
IRRF a compensar	53.172	41.915	75.922	60.722
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>99.636</b>	<b>42.002</b>	<b>160.174</b>	<b>97.771</b>

**b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social**

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	(146.113)	280.723	(125.496)	87.384
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
<b>Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>49.678</b>	<b>(95.446)</b>	<b>42.669</b>	<b>(29.711)</b>
<b>Reconciliação para a taxa efetiva</b>				
Exclusão - equivalência patrimonial	161.064	157.752	43.271	50.475
IR Diferido não reconhecido Kabum	-	-	(68.762)	152.322
Efeito de subvenção governamental (1)	247.648	69.328	401.872	150.660
Juros de indêbitos tributários (2)	4.623	28.534	10.712	32.915
Juros sobre capital próprio e dividendos (3)	(107.763)	-	(107.763)	-
Inovação tecnológica	-	-	14.008	7.296
Outras exclusões permanentes, liquidas	(4.534)	7.826	(5.908)	(2.624)
<b>Crédito de IR/CS lançado no resultado do exercício</b>	<b>350.716</b>	<b>167.994</b>	<b>350.099</b>	<b>361.333</b>
Corrente	-	-	(24.286)	(48.339)
Diferido	350.716	167.994	354.385	409.672
<b>Total</b>	<b>350.716</b>	<b>167.994</b>	<b>330.099</b>	<b>361.333</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>240,03%</b>	<b>-59,84%</b>	<b>263,04%</b>	<b>-413,50%</b>

(1) A Companhia, no exercício regular de suas atividades, usufrui de uma série de benefícios fiscais concedidos pelos Estados da Federação. Estes benefícios se caracterizam como subvenção para investimentos e, de acordo com o CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, são registrados na demonstração do resultado do exercício. (2) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandato de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL e da PIS/COFINS sobre a Selic em créditos fiscais. Em razão da decisão do STF, a Companhia realizou a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo, avaliando que é provável que o tema seja aceito pelas autoridades, nos termos da ICP2 22 - Incerteza sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23). (3) Refere-se ao efeito de adição permanente na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social dos juros sobre capital próprio recebidos de sua controlada em conjunto Luizcred, conforme demonstrado na nota 14, somados aos dividendos pagos, conforme descrito na nota 25. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos:**

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora				Consolidado			
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.823.937	389.601	-	2.213.538	2.107.949	426.970	-	2.534.919
Provisão para perda esperada de créditos	167.097	(12.544)	-	154.553	176.791	(13.335)	-	163.456
Provisão para perda nos estoques	87.488	68.785	-	156.273	94.099	65.209	-	159.308
Provisão para ajustes a valor presente e valor justo	170.639	8.911	21.985	201.535	170.638	8.911	21.985	201.534
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	412.004	(127.008)	-	284.996	644.810	(150.730)	-	494.080
Provisão para plano de ações	23.620	(11.979)	-	11.641	24.024	(11.535)	-	12.489
Diferença temporária sobre arrendamentos	122.665	22.984	-	145.649	122.931	23.040	-	145.971
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(40.962)	1.602	-	(39.360)	(114.078)	7.439	-	(106.639)
Depósitos judiciais	617	-	-	617	617	-	-	617
Créditos tributários diferidos (1)	(21.727)	3.215	-	(18.512)	(51.183)	3.215	-	(47.689)
Outras provisões	6.459	7.149	-	13.608	34.952	(4.799)	-	30.153
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)</b>	<b>2.751.837</b>	<b>350.716</b>	<b>21.985</b>	<b>3.124.538</b>	<b>3.211.550</b>	<b>354.385</b>	<b>21.985</b>	<b>3.587.920</b>

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:	Controladora				Consolidado			
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido	
	31/12/2023	Resultado	31/12/20					

\* continuação

**MAGAZINE LUIZA S.A. - CNPJ nº 47.960.950/0001-21**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos de aluguel com pagamentos que variam de acordo com atingimento de receitas daquela unidade. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. Foi reconhecido como despesas de aluguel variável ou com prazo indeterminado o valor de R\$76.835 em 31 de dezembro de 2025 (R\$58.439 em 31 de dezembro de 2024). As movimentações do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>3.129.039</b>	<b>3.282.873</b>	<b>3.235.372</b>	<b>3.343.054</b>
Adição/remensuração	501.080	470.723	600.133	560.130
Custos diretos	6.465	3.405	6.465	3.405
Compras	(2.540)	(71.805)	(77.206)	(89.351)
Depreciação	(512.022)	(556.157)	(544.921)	(581.866)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>3.122.022</b>	<b>3.129.039</b>	<b>3.219.843</b>	<b>3.235.372</b>
<b>Composição</b>				
Valor do custo	6.496.631	5.992.783	6.678.970	6.156.101
Depreciação acumulada	(3.374.609)	(2.863.744)	(3.459.127)	(2.920.729)
	<b>3.122.022</b>	<b>3.129.039</b>	<b>3.219.843</b>	<b>3.235.372</b>

As movimentações do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.418.890</b>	<b>3.514.349</b>	<b>3.533.535</b>	<b>3.578.155</b>
Remensuração/adção	495.216	470.723	594.269	560.116
Pagamento de principal	(432.232)	(482.614)	(460.642)	(502.139)
Pagamento de juros	(335.733)	(315.484)	(343.404)	(320.759)
Juros provisionados	335.733	315.484	343.382	321.503
Baixa	(2.525)	(83.576)	(83.268)	(103.341)
<b>Saldo final</b>	<b>3.479.339</b>	<b>3.418.890</b>	<b>3.583.872</b>	<b>3.533.535</b>
Passivo circulante	417.893	425.027	453.895	452.654
Passivo não circulante	3.061.446	2.993.863	3.129.977	3.080.881

**Informações adicionais:** Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de prováveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação descritas no Ofício Circular SNC/SEP 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período.

**Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2025**

Maturidade	Taxa média	Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado					Acima de 2031
		2026	2027	2028	2029	2030	
2026-2028	10,14%	196.602	110.429	28.131	-	-	-
2029-2031	10,75%	137.727	137.951	137.983	125.429	117.491	26.914
2032-2034	10,91%	164.665	165.264	165.020	164.824	166.740	285.494
2035-2037	8,57%	185.579	185.357	185.285	185.295	185.915	186.812
2038-2040	8,37%	90.919	91.345	90.867	90.549	91.628	91.881
2041-2043	11,13%	16.302	16.443	16.443	16.443	16.577	16.174
Após 2043	14,07%	2.082	2.088	2.088	2.088	2.104	2.105
<b>Total</b>		<b>793.876</b>	<b>708.877</b>	<b>625.817</b>	<b>584.628</b>	<b>580.455</b>	<b>490.626</b>
<b>Inflação projetada (%)</b>		4,09%	4,09%	4,09%	4,09%	4,94%	5,22%

¹ Taxa média através de cotações de cupons DI x IPCA futuros observadas na B3 (www.b3.com.br)  
² Em 31 de dezembro de 2025, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto do exercício de 2026 é de R\$73.434 e, trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$66.845. Devido à aprovação da Emenda Constitucional 132/2023, as contribuições ao PIS e COFINS serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Assim, os pagamentos de arrendamentos gerarão créditos de PIS e COFINS até 31 de dezembro de 2025 e créditos de CBS a partir de 2027.

**16. IMOBILIZADO**

**Política contábil**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 4.2. A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>607.072</b>	<b>(357.708)</b>	<b>249.364</b>	<b>577.858</b>
Adições	420.379	(143.203)	277.176	403.778
Depreciação	27.472	(15.291)	12.181	25.060
Baixas	557.932	(430.347)	127.585	507.029
Transferências	1.412.316	(526.463)	885.853	1.351.550
Saldo em 31/12/2025	3.131.210	(1.502.659)	1.628.551	2.915.793

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>278.170</b>	<b>(37.326)</b>	<b>240.844</b>	<b>577.858</b>
Adições	324.792	(23.346)	301.446	4.614
Depreciação	17.829	(7.769)	10.060	(7.963)
Baixas	226.245	(125.143)	101.102	4.641
Transferências	929.453	(1.199)	928.254	80.248
Saldo em 31/12/2025	1.834.725	(330.687)	1.504.038	7.728

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>328.841</b>	<b>(28.068)</b>	<b>300.773</b>	<b>577.858</b>
Adições	313.968	(9.540)	304.428	4.614
Depreciação	14.252	(8.166)	6.086	(7.963)
Baixas	198.835	(107.638)	91.197	4.102
Transferências	923.832	(789)	923.043	106.980
Saldo em 31/12/2025	2.099.728	(145.562)	1.954.166	7.728

**Taxas de depreciação:** As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Beneficiárias	10,9%	10,9%

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda. **Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment":** A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, de acordo com as premissas descritas na nota 17, que não resultou na necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos.

**17. INTANGÍVEL**

**Política contábil**

Os ágio apurados em aquisições de investimentos, combinações de negócios, são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos a valor justo (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 4. Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento". Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 4.2.

As movimentações do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>2.241.517</b>	<b>(11.595)</b>	<b>2.229.922</b>	<b>2.241.517</b>
Adições	2.119.437	(1.597)	2.117.840	495
Amortização	6.883	(1.597)	5.286	(244)
Baixas	118	-	118	-
Saldo em 31/12/2025	2.451.889	(1.232.139)	1.219.750	2.073.736

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>2.241.517</b>	<b>(11.595)</b>	<b>2.229.922</b>	<b>2.241.517</b>
Adições	2.119.437	(1.597)	2.117.840	495
Amortização	6.883	(1.597)	5.286	(244)
Baixas	118	-	118	-
Saldo em 31/12/2025	2.451.889	(1.232.139)	1.219.750	2.073.736

**Testes de recuperabilidade dos ativos:** A Administração, analisando os indicadores de que os valores contábeis poderiam estar registrados em valores maiores que seus valores em uso, elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos, especialmente os ativos relevantes registrados como direito de uso, ativos imobilizados e intangíveis, inclusive os softwares desenvolvidos internamente, os quais foram submetidos ao teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025. O teste de recuperabilidade dos ativos compreende a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas em cada negócio. Uma UGC relevante identificada é o agrupamento de todas as lojas de redes de varejo físico adquiridas, cujo ágio totaliza R\$313.856 e já foram incorporadas societariamente. Outras UGCs relevantes identificadas são: (i) A vertical de esportes e moda, cujo ágio corresponde substancialmente à aquisição da KaBuM; (ii) Operação de e-commerce do KaBuM; (iii) Vertical de meio de pagamentos, representada pela Magalupa. O valor em uso das UGCs é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos. Para os testes dos valores recuperáveis das UGCs relevantes, foram adotadas as seguintes taxas:

Varejo físico	Netshoes	Kabum	Magalupa
14,80%	13,90%	13,90%	15,10%
6,10%	8,90%	9,80%	9,00%
3,50%	3,50%	3,50%	3,50%

Fluxo de caixa descontado  
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos  
Perpetuidade  
As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as UGCs baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. Para avaliar o valor em uso do direito de uso e softwares desenvolvidos internamente, as projeções dos fluxos de caixa descontados foram limitadas ao prazo final da vida útil dos ativos testados. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ativos testados. A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando um acréscimo e redução nas taxas de crescimento e desconto de 1% que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

**18. FORNECEDORES**

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
7.164.737	6.213.742	8.104.415	7.055.622
203.714	223.541	260.211	281.861
(208.220)	(145.936)	(221.198)	(154.577)
<b>7.160.231</b>	<b>6.291.347</b>	<b>8.143.428</b>	<b>7.182.906</b>

**19. FORNECEDORES - CONVÊNIO**

**Política contábil:** A Companhia, em consonância com as alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) que esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores, apresenta de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota 18) os valores relacionados às operações de convênios (risco sacado), apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2.860.362	2.946.541	2.984.111	3.031.977
-	-	372.277	68.236
<b>2.860.362</b>	<b>2.946.541</b>	<b>3.356.388</b>	<b>3.100.213</b>

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de créditos em que a Companhia é a legítima devedora. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de seus títulos para o banco em troca do recebimento antecipado e o banco, por sua vez, passa a ser credor da operação que se divide em dois tipos: (a) Em que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data acordada com seu fornecedor. Por confirmar a existência dos créditos dos fornecedores aos bancos, a Companhia assegura a este a certeza e liquidez de seus vencimentos e, em função disso, recebe um prêmio dos bancos, que é reconhecido como receita financeira na mesma competência do fechamento da operação, no valor de R\$155.770 em 2025 e R\$148.564 em 2024. O prazo médio de pagamento de fornecedores comparáveis foi de 51 dias a mais para fornecedores com operações de convênio do que fornecedores sem operações de convênio, em 31 de dezembro de 2025. (b) Em que a controlada Kabum, em função de sua atividade de importação de mercadorias, negocia a extensão de prazo de pagamento com seus financiadores, em comparação às datas originais, que nesta data base foi de 99 dias, em média. As taxas negociadas pela extensão das operações vigentes foram de 51,29% do CDI. As contas a pagar aos fornecedores (nota 18) e fornecedores convênio, são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

**20. PARCEIROS E OUTROS DEPÓSITOS**

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1.198.222	1.198.222	1.467.259	1.467.259
159.168	159.168	159.168	159.168
1.357.390	1.357.390	1.626.427	1.626.427

(a) Refere-se a valores a repassar para seus parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Live, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pela Magalupa. (b) Correspondem a depósitos efetuados pelos clientes e sellers nas contas digitais e conta de pagamentos pré-paga da Magalupa.

**21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

Modalidade	Encargo	Garantia (¹)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - oferta restrita (a)	100% do CDI + 1,25% a 1,75% a.a.	Clean	final	3.929.623	4.159.704	3.929.623	4.581.387
Financiamento de Inovação (b)	SOFR + 3% a.a.	Clean	abr/30	1.000.737	-	1.000.737	-
Outros	113,5% do CDI A.A.	Clean	out/25	-	521	-	773
				<b>4.930.360</b>	<b>4.160.225</b>	<b>4.930.360</b>	<b>4.582.160</b>

**Outros Passivos Financeiros**  
Hedge de valor justo (b) 100% do CDI + 1,75 a.a.

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
14.176	14.176	14.176	14.176
4.944.536	4.160.225	4.944.536	4.582.160
998.359	980.233	998.359	1.402.168
3.946.177	3.179.992	3.946.177	3.179.992

**Passivo circulante**  
**Passivo não circulante**  
¹ Refere-se a crédito limpo realizado no momento da contratação sem necessidade de garantia real ou bem físico. (a) Em 14 de outubro e 23 de dezembro de 2021, a Companhia em sua estratégia de alongamento de dívida, realizou a 10ª e 11ª emissões de debêntures simples, não convertíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 4.000.000 (quatro milhões) de debêntures com o valor nominal de R\$1.000.000 (mil reais) cada, com vencimentos em 15 de outubro de 2025 e 2026 e 23 de dezembro de 2025 e 2026, respectivamente, ao custo de 100% do CDI + 2,5% a.a. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia. Em

**MAGAZINE LUIZA S.A. - CNPJ nº 47.960.950/0001-21**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

← continuação

de risco de sua atividade preponderante para fins de recolhimento da contribuição ao Risco Ambiental do Trabalho ("RAT"), cuja alíquota foi majorada de 1% (risco leve) para 3% (risco grave). Em decisão do TRF-1, realizada 12 de agosto de 2025, foi comprovada a inadequação da majoração, determinando o reequacionamento das alíquotas, com eficácia imediata. Considerando o avanço processual, a Companhia revisou o reconhecimento contábil e avaliou ser mais provável que não exista a obrigação presente na data-base, do que exista, de acordo com os requisitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, realizando a reversão do passivo constituído no valor de R\$316.300. (a.2) No dia 18 de dezembro de 2025, foi publicado o acórdão em que o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Tema 1.266 da repercussão geral (RE 1.426.271), fixando a tese de que é constitucional a cobrança do diferencial de Alíquota (Difal) do ICMS a partir de abril de 2022, conforme a LC 190/22, sendo suficiente a observância da anterioridade nonagesimal (90 dias). Por maioria, o STF também aplicou modulação de efeitos, para impedir a cobrança retroativa do imposto referente ao exercício de 2022 em relação aos contribuintes que ajuizaram ações até 29 de novembro de 2023, data do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidades ("ADIns") sobre o mesmo tema, que é o caso da Companhia. Dada a definição da matéria, a Companhia junto aos seus assessores jurídicos internos e externos realizou as providências necessárias para a regularização do DIFAL em relação ao ICMS, bem como a atualização da base de cálculo do DIFAL, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Federais	1.833.223	1.453.926	2.221.172	1.829.802
Estaduais (1)	1.713.074	1.948.816	1.913.001	2.364.835
Municipais	12.012	5.223	21.879	5.225
	<b>3.558.309</b>	<b>3.407.965</b>	<b>4.156.052</b>	<b>4.199.862</b>

(1) A variação está relacionada ao tema descrito no item a-2 acima.

Dentre as principais discussões de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo judicial em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos dos seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além de discussões sobre a caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade-fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS. Diante da evolução da discussão, com decisões favoráveis aos contribuintes, a análise dos assessores jurídicos internos e externos é de que as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (ii) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação; (iii) Risco relacionado ao não estorno de impostos em perdas de inventários físicos. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas. Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital social:** Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$400.000, mediante a emissão de 36.949.762 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 7º do estatuto social da Companhia, a serem atribuídas a título de bonificação, mediante capitalização de parte do saldo contábil da Reserva de Lucros da Companhia. Assim, considerando os efeitos do aumento de capital, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	442.591.064	57,04	422.411.011	57,16
Ações em circulação	332.010.497	42,79	313.649.210	42,44
Ações em tesouraria	1.343.449	0,17	2.935.027	0,40
<b>Total</b>	<b>775.945.010</b>	<b>100,00</b>	<b>738.995.248</b>	<b>100,00</b>

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores. De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 36.949.762 de novas ações ordinárias. b) **Reserva de capital:** Plano de incentivo baseado em ações: A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto. Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas às das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários. A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2025:

Tipo de programa	Data outorga	Prazo máximo carência	Posição ações outorgadas	Valor justo (1)
5° Matching share	04 de maio de 2021	5 anos	16.781	R\$198,60
6° Restricted share	04 de maio de 2021	3 anos	12.706	R\$198,60
10° Restricted share	25 de outubro de 2023	5 anos	924.001	R\$14,40
11° Restricted share	07 de abril de 2025	4 anos	2.423.172	R\$9,84
6° Matching share	13 de outubro de 2025	3 anos	2.327.823	R\$8,94
			<b>5.704.483</b>	<b>R\$11,19</b>

(1) Refere-se à média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

Além dos planos de ações, a Companhia vem utilizando comumente, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações de sua emissão (MGLU3) aos ex-proprietários das empresas adquiridas. O número de ações compromissadas em 31 de dezembro de 2025 é de 307.722, que deverão ser entregues aos ex-proprietários até agosto de 2026, parte vinculadas ao atingimento de determinadas metas e parte como preço fix negociado. Adicionalmente, a Companhia emitiu, no processo de aquisição do KaBum, bônus de subscrição de até 5 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão, condicionado ao cumprimento de determinadas metas.

**c) Ações em tesouraria**

	Quantidade	Valor
Em 1 de janeiro de 2024	5.701.564	990.603
Alienadas no exercício	(2.803.168)	(487.029)
Em 31 de dezembro de 2024	2.898.396	503.574
Alienadas no exercício	(1.554.947)	(281.400)
Em 31 de dezembro de 2025	1.343.449	222.174

A redução do saldo de ações em tesouraria é igual à média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer ganho ou perda em relação ao valor recebido pela alienação das ações em tesouraria é registrado como reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2025, o valor da ação MGLU3 era R\$8,94. **d) Dividendos pagos:** Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$225.000, cujo valor por ação foi de R\$0,3053697986, com base na posição acionária de 25 de abril de 2025, mediante a reversão de uma parcela do saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, que compõe a Reserva de Lucros. Os proventos foram pagos em 05 de maio de 2025. **e) Ajustes de avaliação patrimonial:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$169.558 (R\$128.964 em 31 de dezembro de 2024), relacionado aos ajustes a valor justo por meio de outros resultados abrangentes de recebíveis de cartões de crédito e de ativos financeiros em controladas. **f) Destinações do lucro do exercício:** O lucro auferido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$204.603, cuja proposta de destinação na data de encerramento das demonstrações financeiras é: i) recomposição de reserva de incentivos fiscais, no valor de R\$183.162, relacionada a anos anteriores em que a Companhia reconheceu as subvenções governamentais, porém aprovou prejuízos contábeis; ii) reserva legal no valor R\$ 1.060; iii) dividendos mínimos obrigatórios, previsto no Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$ 3.021; iv) reserva de reforço de capital de giro no valor de R\$ 17.116; e v) abate de prejuízo por adoção de prática contábil em controlada, no valor de R\$ 244. **g) Lucro (prejuízo) por ação:** Os cálculos do prejuízo por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em milhares				
Total de ações ordinárias	775.945.010	738.995.248	775.945.010	738.995.248
Efeito de ações em tesouraria	(1.343.449)	(2.898.396)	(1.343.449)	(2.898.396)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	-	-	4.777.565	3.907.888
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<b>774.601.561</b>	<b>736.096.852</b>	<b>779.379.126</b>	<b>740.004.740</b>
Lucro do exercício	204.603	448.717	204.603	448.717
Lucro por ação (em Reais)	0,264	0,610	0,264	0,610

(a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

**26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

**Política contábil:** A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue: **Reverenda de mercadorias** - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados; • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente; e • A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução é um direito de recuperar o ativo a ser devolvido não reconhecidos. **Receita de prestações de serviços** - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços: (a) intermediação de serviços financeiros para sua joint venture, bem como outras empresas parceiras da Companhia; (b) comissões cobradas pela Companhia e por sua controlada Magalupa, de seus sellers por processamento de operações transacionadas nas plataformas de e-commerce do Grupo Magalu; (c) administração de consórcios na controlada Consórcio Magalu; (d) prestação de serviços de entregas através de sua controlada Magalog.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Varejo - revenda de mercadorias	37.138.768	36.393.061	43.630.518	42.777.329
Varejo - prestações de serviços	2.792.605	2.663.102	3.801.075	3.839.882
Outros serviços (1)	39.931.373	39.056.163	48.161.933	47.277.041
<b>Receita bruta</b>	<b>(7.332.151)</b>	<b>(7.149.878)</b>	<b>(8.651.533)</b>	<b>(8.443.428)</b>
Varejo - revenda de mercadorias	(252.544)	(237.896)	(356.839)	(468.959)
Varejo - prestações de serviços	-	-	(450.174)	(326.586)
Outros serviços	(7.584.605)	(7.387.874)	(9.458.546)	(9.238.973)
<b>Impostos e devoluções</b>	<b>(32.346.768)</b>	<b>(31.668.289)</b>	<b>(38.703.387)</b>	<b>(38.038.068)</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>37.138.768</b>	<b>36.393.061</b>	<b>43.630.518</b>	<b>42.777.329</b>

(1) Refere-se substancialmente a serviços prestados por suas controladas, destacando-se a Magalog, que atua na prestação de serviços de transporte e logística, e o Consórcio Magalu, responsável pela administração de consórcios.

**27. CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

**Política contábil:** Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidos dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos das mercadorias revendidas	(23.088.793)	(22.428.814)	(27.105.687)	(26.372.530)
Custos das prestações de serviços	-	-	(43.149)	(38.282)
<b>Total</b>	<b>(23.088.793)</b>	<b>(22.428.814)</b>	<b>(27.148.836)</b>	<b>(26.410.812)</b>

**28. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal (a)	(2.526.025)	(2.557.112)	(3.293.533)	(3.194.013)
Despesas com prestação de serviços	(3.232.936)	(2.997.891)	(3.285.778)	(3.116.172)
Depreciação e amortização - vendas	(438.654)	(459.935)	(591.758)	(671.371)
Depreciação e amortização - administrativas	(591.494)	(579.050)	(693.029)	(661.917)
Outras	(724.762)	(1.147.892)	(1.432.222)	(1.917.103)
<b>Total</b>	<b>(7.563.870)</b>	<b>(7.741.880)</b>	<b>(9.307.317)</b>	<b>(9.760.576)</b>
Classificados por função como:				
Com vendas	(6.194.918)	(5.879.230)	(7.375.871)	(7.131.584)
Gerais e administrativas	(871.618)	(904.832)	(1.392.269)	(1.373.715)
Depreciação e amortização	(1.030.148)	(1.038.985)	(1.284.787)	(1.333.288)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 29)	532.814	81.167	745.610	78.011
<b>Total</b>	<b>(7.563.870)</b>	<b>(7.741.880)</b>	<b>(9.307.317)</b>	<b>(9.760.576)</b>

(a) A Companhia provê a seus empregados, beneficiários de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, "cheque-mãe", além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

**29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Apropriação da receita diferida (a)	122.407	122.407	144.877	144.503
Créditos tributários	-	106.822	-	113.596
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	462.393	(128.572)	690.701	(162.931)
Resultado de baixa de ativos	27.710	(2.187)	3.257.733	1.229
Honorários especialistas	(48.255)	(6.149)	(54.695)	(13.046)
Baixa repasse sellers, líquida (c)	24.737	-	24.737	-
Despesas pré-operacionais e integração	(24.878)	(2.110)	(48.331)	(3.428)
Outras	(6.290)	(7.044)	(15.422)	(1.912)
<b>Total</b>	<b>532.814</b>	<b>81.167</b>	<b>745.610</b>	<b>78.011</b>

(a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de exclusividade de exploração de serviços financeiros, conforme descrito na nota 22. (b) A Companhia reverteu, no exercício de 2025, o passivo relacionado à discussão do Risco Ambiental do Trabalho ("RAT"), que impactou esta rubrica no valor de R\$287.918, referente a períodos anteriores, conforme descrito no item (a.1) da nota 24. Ademais, de acordo com o descrito no item (a.2), a Companhia reverteu a provisão anteriormente constituída para a discussão relacionada à cobrança do diferencial de alíquota (Difal) do ICMS a partir de abril de 2022, dada a conclusão do julgamento do tema no STF, no montante de R\$347.256 na Controladora e R\$890.007 no Consolidado. As demais movimentações referem-se à revisão de prognósticos de êxito de processos judiciais. (c) A Companhia reconheceu como outras receitas operacionais, a baixa (desreconhecimento) de valores de períodos anteriores relacionados a repasses para sellers de sua plataforma de marketplace, cujas obrigações não foram cumpridas.

**30. RESULTADO FINANCEIRO**

**Política Contábil:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo. A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	221.697	21.297	221.697	217.297
Juros de vendas de garantia estendida	60.233	54.144	143.499	100.326
Rendimento de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	49.990	39.585	44.205	39.740
Juros por atrasos nos recebimentos	282.812	307.599	333.533	341.943
Atualizações monetárias ativas	11.181	8.423	32.920	20.927
Outros	619.913	627.048	775.854	720.233
Despesas financeiras	(802.736)	(571.797)	(833.520)	(623.378)
Juros de empréstimos e financiamentos	(375.703)	(311.748)	(343.384)	(313.905)
Juros arrendamento mercantil	(879.104)	(687.922)	(1.111.143)	(914.680)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(118.822)	(103.645)	(118.822)	(103.645)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(44.356)	(36.714)	(65.151)	(42.201)
Impostos sobre resultado financeiro	(146.972)	(116.505)	(168.854)	(137.135)
Atualizações monetárias passivas	(156.997)	(47.381)	(188.159)	(56.337)
Outros (a)	(2.484.722)	(1.875.712)	(2.820.033)	(2.195.281)
<b>Total</b>	<b>(1.864.809)</b>	<b>(1.248.664)</b>	<b>(2.044.179)</b>	<b>(1.475.048)</b>

(a) Os prêmios recebidos de bancos, por confirmar a existência de créditos dos fornecedores, conforme explanado na nota 19, estão aqui demonstrados líquidos de demais despesas com negociação de fornecedores.

**31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são: (a) Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia, comércio eletrônico (e-commerce tradicional e marketplace) e plataforma de gestão de food delivery. No contexto do marketplace, está somado a este segmento as informações relacionadas ao Magalupa; (b) Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos; (c) Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Consórcio Magalu, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio da controlada do Luizalabs. As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos. O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados de Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Netshoes, KaBum, Magalupa e Aijçome. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações. As eliminações são representadas pelas transações ocorridas entre os segmentos e pelo efeito do segmento "Operações financeiras", que é apresentado de forma proporcional à participação societária na controlada em conjunto Luizacred, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas da Companhia. As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos.

	31/12/2025				
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita bruta	47.394.121	2.278.740	2.852.111	(4.400.511)	48.124.461
Ajuste a valor presente de receita (a)	(939.556)	-	-	-	(939.556)
Reversão do ajuste a valor presente de receita (a)	977.028	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Mensuração	Controladora				Consolidado				
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024		
		Valor	Justo	Valor	Justo	Valor	Justo	Valor	Justo	
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 2	162.919	162.919	201.534	201.534	282.023	282.023	303.262	303.262
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	Nível 2	1.798.193	1.798.193	1.968.690	1.968.690	3.621.036	3.621.036	4.131.260	4.131.260
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e acordos comerciais	Custo amortizado	Nível 2	1.725.011	1.725.011	1.527.652	1.527.652	2.023.006	2.023.006	1.750.821	1.750.821
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	433.208	433.208	625.293	625.293	68.805	68.805	72.522	72.522
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJORA	Nível 2	2.012.823	2.012.823	1.239.666	1.239.666	2.382.706	2.382.706	1.588.883	1.588.883
Equivalentes de caixa - Letras	VJR	Nível 2	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698
Equivalentes de caixa - CDBs	Custo amortizado	Nível 2	594.001	594.001	500.416	500.416	1.230.803	1.230.803	1.423.322	1.423.322
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Nível 2	5.876	5.876	5.244	5.244	5.876	5.876	5.244	5.244
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	8.578	8.578	217.627	217.627	431.886	431.886	331.848	331.848
<b>Total de Ativos financeiros</b>			<b>6.757.263</b>	<b>6.757.263</b>	<b>6.302.820</b>	<b>6.302.820</b>	<b>10.062.795</b>	<b>10.062.795</b>	<b>9.623.860</b>	<b>9.623.860</b>

Categoria de instrumentos financeiros	Mensuração	Controladora				Consolidado				
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024		
		Valor	Justo	Valor	Justo	Valor	Justo	Valor	Justo	
Fornecedores de mercadorias e convênio	Custo amortizado	Nível 2	10.020.593	10.020.593	9.237.888	9.237.888	11.499.816	11.499.816	10.283.119	10.283.119
Repasses e outros depósitos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-	1.357.390	1.357.390	1.640.637	1.640.637
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	3.929.623	3.984.828	4.160.225	4.541.898	3.929.623	3.984.828	4.582.160	4.983.833
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	VJR	Nível 2	1.014.913	1.032.710	-	-	1.014.913	1.032.710	-	-
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 2	3.479.339	3.479.339	3.418.880	3.418.880	3.583.872	3.583.872	3.533.535	3.533.535
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	233.716	233.716	428.387	428.387	110.115	110.115	107.061	107.061
Outras contas a pagar aquisição	VJR	Nível 2	189.767	189.767	210.417	210.417	212.313	212.313	251.574	251.574
<b>Total de Passivos financeiros</b>			<b>18.867.951</b>	<b>18.867.951</b>	<b>17.455.797</b>	<b>17.455.797</b>	<b>21.708.042</b>	<b>21.708.042</b>	<b>20.398.086</b>	<b>20.779.759</b>

**Mensurações de valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: (a) Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações; (c) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. **Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:** Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares. • Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes. **Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

**Posição em 31/12/2025**

Controladora	Saldo contábil	Inferior a um ano		Um a três anos		Superior a três anos		Total
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Fornecedores de mercadorias e convênio	10.020.593	10.020.593	-	-	-	-	-	10.020.593
Arrendamento mercantil	3.479.339	750.002	-	1.813.251	-	2.773.664	-	5.336.917
Empréstimos e financiamentos	3.929.623	-	-	3.905.810	-	1.024.550	-	4.930.360
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.014.913	-	-	11.230	-	2.946	-	14.176
Partes relacionadas	233.716	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar aquisição	189.767	112.280	-	-	-	77.486	-	189.766
Total	18.867.951	10.882.875	-	5.730.291	-	3.878.646	-	20.491.812
<b>Consolidado</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Superior a três anos</b>	<b>Total</b>			
Fornecedores de mercadorias e convênio	11.499.816	11.499.816	-	-	-	-	-	11.499.816
Arrendamento mercantil	3.583.872	762.713	-	1.843.982	-	2.820.872	-	5.427.367
Empréstimos e financiamentos	3.929.623	-	-	3.905.810	-	1.024.550	-	4.930.360
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.014.913	-	-	11.230	-	2.946	-	14.176
Partes relacionadas	110.115	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar aquisição	212.313	129.270	-	4.224	-	80.556	-	214.050
Total	20.350.652	12.501.914	-	5.765.246	-	3.928.724	-	22.195.884

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo e serviços de seguros, financeiros e outros como descrito na nota 31, de informação por segmentos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes: **Considerações sobre outros riscos financeiros:** Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$6.270.702 (R\$6.437.203 em 31 de dezembro de 2024). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para as demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$254.684 (R\$309.451 em 31 de dezembro de 2024), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Na nota 8 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Aos Administradores e Acionistas do

Magazine Luiza S.A.

Franca - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Ambiente de tecnologia da informação**

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTI") - acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação - relacionados aos sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iii) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos financeiros, (iv) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Determinadas deficiências não significativas no desenho e na operação dos controles gerais de tecnologia da informação (CGTI) identificadas ao longo da auditoria, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

**Provisão para demandas judiciais tributárias**

Conforme divulgado na Nota Explicativa 24, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$705.623 mil e R\$1.209.897 mil, representando 3,2% e 4,5% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$3.558.309 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$4.156.052 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais tributárias; (ii) avaliação das políticas financeiras adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias; (iii) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisaram uma amostra dos processos relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia; (iv) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas consideradas pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (v) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Acordos comerciais nas compras de mercadorias para revenda (Bonificações)**

Conforme divulgado na Nota Explicativa 8, a Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza específica ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem diferentes categorias de acordos comerciais que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de incentivos financeiros pela Companhia. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da diretoria, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que as bonificações apuradas nestes acordos comerciais devem ser contabilmente reconhecidas como redutor do custo das mercadorias vendidas ou recuperação de despesas

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2025, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$673.359 (R\$789.938 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$1.753.741 (R\$1.861.829 em 31 de dezembro 2024) no Consolidado. **Risco de mercado:** decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros, na taxa de inflação e nas taxas de câmbio. **Risco cambial:** a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do desacompanhamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria de Tesouraria, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge (hedge accounting), bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (hedge accounting), estes instrumentos são classificados como hedge de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de hedging (swap), quanto do objeto de hedge (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro. A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco dos contratos objetos de hedge é idêntico ao risco protegido pelo instrumento de hedge. As fontes de possíveis inefetividades podem ser oriundas de: (i) possíveis diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de hedge; e (ii) o risco de crédito das contrapartes ter um impacto diferente nos movimentos de valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos. Em 31 de dezembro de 2025, não foi identificada inefetividade a ser reconhecida no resultado do exercício. O detalhe dos contratos que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Instrumento de hedge	Indexadores	Valor justo (a)
Ativo		
Passivo		
<b>Hedge Valor Justo - Swap</b>		
US\$ - SOFR + 3,0% a.a.		1.000.737
CDI + 1,75% a.a.		1.014.913
		<b>14.176</b>

(a) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização das curvas de mercado divulgadas pela B3 e Bloomberg.

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "swap", de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo "swap" e dos empréstimos e financiamentos são compensados. O cenário provável representa a taxa de câmbio na data base de 31 de dezembro de 2025 (R\$5,50). Abaixo é demonstrada a análise de sensibilidade da variação cambial.

Natureza	31/12/2025	Cenário Provável	Cenário Acima 25%	Cenário Acima 50%
Variação cambial empréstimos	7.167	7.167	8.959	10.751
Instrumentos financeiros de Hedge	(7.167)	(7.167)	(8.959)	(10.751)
<b>Impacto variação cambial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Risco de taxas de juros:** a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. Em 31 de dezembro de 2025 a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções e aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3 e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 14,9% a.a. Os efeitos esperados das despesas financeiras de empréstimos e financiamentos líquidas de receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
610.655	1.247.457	
-	46.357	
<b>610.655</b>	<b>1.293.814</b>	
62.704	459.927	
<b>673.359</b>	<b>1.753.741</b>	
(4.944.536)	(4.944.536)	
<b>(4.271.177)</b>	<b>(3.190.795)</b>	
14,90%	(257.414)	(257.439)
18,63%	(321.768)	(321.768)
22,35%	(386.121)	(386.121)
11,18%	(193.061)	(193.061)
7,45%	(128.707)	(128.707)

**33. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/202